

## INDICADORES DE ENSINO BÁSICO BRASILEIROS RELATIVOS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL COMPARADA

**Milko Matijascic**

Técnico em planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*E-mail:* <milko@ipea.gov.br>.

**Carolina Esther Kotovicz Rolon**

Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

*E-mail:* <carolina.rolon@ipea.gov.br>.

A educação básica é uma política pública amplamente reconhecida por ter um grave problema a ser enfrentado no Brasil. Diante dessa preocupação, o cenário internacional pode ajudar a dimensionar melhor os desafios a serem superados e as conquistas que já foram obtidas. A cobertura da educação de crianças e jovens avançou muito no país após os anos 1990, ressalvadas a educação infantil de 0 a 3 anos de idade e o ensino médio, em que, apesar do inegável avanço, o desafio ainda persiste.

No entanto, a qualidade do aprendizado nas escolas brasileiras é questionável, conforme comprovam os resultados dos alunos brasileiros nas avaliações nacionais – como a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – e internacionais – como o Programme for International Student Assessment (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), envolvendo os conteúdos relativos a leitura, matemática e ciências (somente no Pisa).

Nesse sentido, a *Agenda 2030*, baseada no desenvolvimento sustentável, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com a adesão dos 193 países que a integram, é considerada um plano de ação para os países-membros. Ela busca fortalecer a paz, proporcionando mais liberdade, e erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas são integrados, indivisíveis e buscam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

A comparação com outros países evidencia que os resultados dos indicadores educacionais não estão

estritamente correlacionados à renda *per capita*, pois países em situação pior apresentam, algumas vezes, resultados similares aos daqueles com maior renda. A dinâmica dos indicadores selecionados do ODS 4 e de suas metas, entre os países comparados, comprova essa afirmativa com muita clareza, até porque entre os quatorze países selecionados, cinco possuem uma renda *per capita* superior à do Brasil, em outros cinco ela é comparável e nos três países restantes ela é inferior. Os resultados brasileiros, em geral, se encontram em patamares similares aos de países vizinhos com renda comparável e aos da África do Sul, em situação um pouco mais frágil, bem como superiores aos da Índia, um país com uma situação econômica ainda frágil.

Muitos resultados não estão estreitamente correlacionados à renda *per capita*, pois países em situação pior apresentam resultados, algumas vezes, similares aos daqueles de maior renda. A educação infantil é um exemplo: a taxa bruta de escolarização na educação infantil no Brasil é mais de 20 pontos percentuais (p.p.) superior ao da Argentina, do México ou da África do Sul. Entre os países de renda elevada, a Itália tem taxa bruta de escolarização da educação infantil mais de 20 p.p. superior ao da Alemanha e dos Estados Unidos. A educação profissional e técnica é outro exemplo: a proporção de alunos em educação profissional e técnica (EPT) na Alemanha está no patamar do Chile e da China, e os três países têm rendas *per capita* bem distintas. Cada país tem autonomia sobre a organização e a gestão de seu sistema de ensino.

A comparação também mostra que as taxas de escolarização e os resultados de aprendizagem no ensino médio são um grande desafio, não apenas para o Brasil. Apesar do fraco desempenho do ensino médio brasileiro, a comparação permite relativizar

esses resultados, pois em todos os países selecionados ocorreu uma piora nas taxas de escolarização dos alunos e, principalmente, das taxas de conclusão e de aprendizagem.

Os dados sobre o alcance da EPT de nível secundário entre os alunos do ensino médio e a população jovem são frágeis. Entre os países que apresentam informações, a Itália se destaca positivamente, pois um terço dos alunos matriculados no ensino secundário estão em EPT e pouco mais de um quinto da população jovem recebe educação profissional e técnica no ensino médio. Já no Brasil, apenas 4% dos alunos do ensino fundamental, nos anos finais, e do ensino médio frequentam a EPT, o que equivale a meros 2% da população jovem total.

Em termos de desigualdades entre grupos mais vulneráveis e grupos mais abastados da população de cada país, o Brasil ainda apresenta os resultados mais frágeis comparativamente aos países selecionados para este estudo, ou seja: a população das regiões rurais possui maiores dificuldades que a das regiões urbanas; bem como a população com menores rendimentos em relação àquela com maiores rendimentos. A questão das desigualdades, uma marca brasileira, se reproduz na escola. As diferenças são mais acentuadas para as mulheres se comparadas às do universo masculino – em que também são muito elevadas –, ou seja: as que são menos abastadas têm menores chances de conclusão se comparadas às mais abastadas. Isso vale para quaisquer estágios que compõem o ensino básico.

A questão do analfabetismo parece ter sido superada entre os mais jovens, mas continua sendo relevante entre as populações com 15 anos ou mais de idade no Brasil. A razão disso está nas populações mais idosas, com índices elevados de analfabetismo, que ainda refletem as fragilidades da escolarização no passado, quando o número dos que frequentavam escolas era reduzido. Esse é um problema que será superado com o passar do tempo.

Em relação às questões de sustentabilidade relacionadas à educação, o Brasil não apresenta bons resultados, mas isso também é verdadeiro para quase todos os países selecionados, com base nos indicadores fornecidos pela UNESCO. A exceção, no caso brasileiro, são os direitos humanos que constam

nas bases curriculares. A abordagem das temáticas de desenvolvimento sustentável e de cultura cidadã nas bases curriculares brasileiras foi considerada fraca, e as de gênero inexistem. Em relação à cultura científica, os dados brasileiros foram os piores entre os países apresentados, e os relativos à educação sexual não possuem informação.

No que tange às instalações das escolas, os problemas do Brasil relativos à água potável destinada ao preparo de alimentos e às instalações sanitárias adequadas parecem ter sido resolvidos, sendo que a situação do país é melhor que a de países vizinhos ou daqueles com menor renda *per capita*. Em contrapartida, a disponibilidade de internet e de computadores para a utilização em sala de aula é substancialmente inferior à do Chile e da Colômbia.

A comparação internacional revela que os desafios não são pequenos no tocante aos temas que foram apresentados. Isso significa que a jornada ainda possui muitos obstáculos a serem transpostos para tornar a educação um orgulho para o povo brasileiro como um todo e transformá-la numa alavanca segura para melhorar a situação social do país e promover o desenvolvimento segundo os ditames da sustentabilidade.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

# Texto para Discussão